

G. E. Booij, Inflection and derivation. In Keith Brown (ed.), *Encyclopedia of Language and Linguistics*. Oxford UK: Elsevier. 2006. 2nd printing Volume 5, 654-661.

TRADUÇÃO:

Katia Emmerck ANDRADE
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

INTRODUÇÃO

Flexão e derivação são noções tradicionais do domínio da morfologia, a especialidade da linguística que trata da estrutura interna de palavras. A flexão corresponde às diferentes formas de uma palavra. Por exemplo, as palavras inglesas *walk*, *walks*, *walked* e *walking* são consideradas diferentes formas de palavra do lexema WALK. A noção de lexema é utilizada como uma noção mais abstrata de “palavra” e é representada por meio de letras maiúsculas. Em um dicionário do Inglês, essas quatro diferentes formas de palavra não recebem entradas lexicais separadas, sendo tratadas em uma entrada para o lexema verbal WALK. O substantivo *walker*, por outro lado, não é considerado uma forma do lexema WALK, mas um lexema diferente, com um significado diferente e uma diferente categoria lexical (é um substantivo) e geralmente tem sua própria entrada lexical em um dicionário. O lexema WALKER é considerado produto de derivação, a criação de um novo lexema através da aplicação de um processo morfológico de afixação, a adjunção do sufixo -er a uma base lexema.

A distinção entre flexão e derivação é principalmente funcional: refere-se a diferentes funções dos processos morfológicos – a criação de diferentes formas de lexemas contra a criação de diferentes lexemas. Os meios formais para essas diferentes funções podem ser os mesmos, como é o caso dos exemplos do Inglês usados aqui: em ambos, flexão e derivação, é utilizado o processo de sufixação. Outro processo morfológico que pode ser usado tanto na flexão quanto na derivação é alternância vocálica. Por exemplo, a alternância de vogal é encontrada no *past tense* de *to fall*, “cair”, que tem a forma *fell*. A última forma também é a do verbo causativo relacionado à queda, o verbo *to fell*. Assim, tanto a flexão quanto a derivação são formalmente diferentes de composição, o processo morfológico em que lexemas são concatenados para formar novas palavras complexas. O termo que cobre a derivação e a composição é formação de palavras.

O substantivo plural do Inglês *walkers* pode ser decomposto morfológicamente como segue: walk-er-s. Essa palavra é constituída do radical *walker* e da desinência de plural -s. Assim, o radical de uma palavra é a forma da palavra menos seus marcadores flexionais. O radical *walker*, por sua vez, consiste de uma base simples (isto é, uma raiz) e do sufixo derivacional -er. A distinção entre palavra e radical é o principal correlato formal da distinção entre flexão e derivação. Normalmente, a criação de novos lexemas é realizada com base na forma de raiz de um lexema, não com base em uma das suas formas flexionadas. Por exemplo, o substantivo italiano *macchina*, “carro”, é composto de um radical *macchin-* e de uma terminação flexional -a. A palavra *macchin-ista*, “condutor”, é derivada, adicionando-se o sufixo -ista ao radical. Se usássemos a forma completa da palavra, *macchina*, a forma incorreta, *macchina-ista*, teria sido derivada.

Uma consequência da distinção entre flexão e derivação é que esperamos que a flexão seja periférica em relação à derivação; a derivação cria radicais de radicais e, posteriormente, a flexão cria formas de palavras concretas a partir de radicais. Essa expectativa é confirmada pela Universal 28 de Greenberg, que diz o seguinte:

Universal 28. *Se ambos, derivação e flexão, seguem a raiz, ou ambos precedem a raiz, a derivação está sempre entre a raiz e a flexão* (Greenberg, 1963: 93).

Inflection and derivation

Três diferentes questões relativas à distinção entre flexão e derivação são temas de debate entre os linguistas. A primeira delas é a dos critérios formais de distinção entre essas duas noções. Como sabemos se certo processo morfológico pertence ao domínio de flexão ou da derivação? Existe uma fronteira nítida entre as duas categorias? A segunda questão é que os linguistas têm discutido quais propriedades são típicas da flexão e quais são características da derivação. Por exemplo, tem sido afirmado que a flexão é mais produtiva que a derivação. A terceira questão é a da posição da flexão e da derivação na gramática. Será que eles pertencem ao mesmo módulo morfológico da gramática ou estão em módulos diferentes? Essas três questões serão tratadas nas seções seguintes deste artigo.

CRITÉRIOS FORMAIS

Obrigatoriedade

Um primeiro critério para distinguir flexão de derivação é que a flexão é obrigatória, enquanto a derivação é opcional. Por exemplo, todo substantivo do Inglês deve ser marcado como singular ou plural. Assim, a categoria número é uma categoria obrigatória em Inglês e, portanto, flexional. Da mesma forma, em línguas com sistemas de caso, todo substantivo deve ser marcado para determinado caso. Na maioria das línguas, os verbos são marcados obrigatoriamente para um tempo específico e, muitas vezes, para pessoa e número do sujeito da oração. Note que isso é verdadeiro mesmo se não há marcação aberta para um traço flexional particular. Por exemplo, não existe marcação aberta de número em Inglês para substantivos no singular. Há também substantivos que, por razões semânticas, não têm plural, como *milk* e *abstractness*. Esses nomes devem, contudo, ser considerados substantivos singulares porque desencadeiam concordância de número singular com verbos. Em contraste, nenhuma expressão morfológica obrigatória é envolvida no uso do substantivo agentivo do verbo *walk*, isto é, a palavra *walker*, com o sufixo *-er* que cria substantivos agentivos deverbais. O uso dessa palavra é uma escolha feita pelo usuário da língua, por razões puramente semânticas. Por isso, consideramos *walker* um caso de derivação.

Relevância sintática

Um segundo critério para a demarcação da flexão em contraste com a derivação é o da relevância sintática; a flexão tem sido definida como a parte da morfologia relevante para a sintaxe (Anderson, 1992). Formas particulares de palavras podem ser exigidas pelo contexto sintático. Esse é o caso de configurações sintáticas em que a concordância entre constituintes é necessária. A regra de concordância sujeito-verbo em Inglês, por exemplo, indica que uma forma verbal específica é exigida pelo sujeito da oração, uma forma verbal com as mesmas propriedades para as categorias de número e pessoa. Em holandês e alemão (alemão padrão), um adjetivo pré-nominal deve concordar em gênero, número e definitude com a frase nominal de que faz parte. Sintagmas nominais podem carregar um caso específico dependendo de sua função sintática. Em latim, o sujeito é marcado por caso nominativo e os objetos diretos, pelo caso acusativo. No caso da regência (ou governo), as palavras exigem uma forma específica de outras palavras na frase que governam. Preposições do alemão, por exemplo, requerem uma forma específica de caso para as palavras nas frases nominais que governam.

Isso não significa, no entanto, que a flexão é sempre regida pela sintaxe. Em latim, por exemplo, a forma acusativa da palavra *Roma*, “Roma”, é *Romam*. Essa é a forma para ser utilizada quando o substantivo funciona como objeto direto de uma sentença, mas pode também funcionar como um sintagma adverbial, com o significado de “para Roma”. Nesse último caso, a forma não é acusativo exigido pelo contexto sintático, mas uma escolha feita pelo usuário da língua para expressar uma determinada informação. Isso é chamado de caso semântico. O mesmo raciocínio se aplica ao uso de

Geert Booij – tradução de Katia Emmerick Andrade

plural para o substantivo *livro* em *João leu esses livros*. A escolha pela forma de plural não é ditada pelo contexto sintático.

Deve ser relativizada, no entanto, a alegação de que a derivação não tem nenhuma relevância para a sintaxe. Uma vez que a derivação pode indicar uma mudança da categoria sintática, esse fato por si só já é de relevância para a sintaxe. No caso da derivação de verbos, o derivado do verbo também pode ter uma valência sintática específica. Por exemplo, a derivação de verbos causativos leva à criação de verbos transitivos que indicam a presença obrigatória de um objeto direto, como em *João whitened as paredes*. Assim, a derivação de verbos causativos tem relevância sintática. A diferença com a flexão é que a escolha de uma determinada palavra derivada não é governada pelo contexto sintático.

Mudança de categoria sintática

Um terceiro critério de demarcação é que a derivação pode alterar a categoria sintática de suas formas de entrada, enquanto a flexão é categorialmente sempre neutra. Esse critério reflete a ideia de que a flexão cria formas do mesmo lexema, ao contrário da derivação, que determina a categoria lexical dos lexemas que cria. Por exemplo, o sufixo diminutivo holandês *-(t)je* é considerado derivacional por sempre criar substantivos, seja qual for a categoria lexical de sua entrada: *hond* ‘N, dog’ - *hond-je* ‘N, doggy’; *blond* ‘A, blond’ - *blond-je* ‘N, blond girl’; *speel* ‘V, to play’ - *speel-tje* ‘N, toy.’

Note que isso não indica que a derivação deve envolver mudança de categoria. Quando acrescentamos o sufixo *-er* ao substantivo *London*, derivamos uma palavra da mesma categoria nominal. No entanto, esse é um caso claro de derivação, uma vez que *londoner* e *London* são dois lexemas diferentes. Eles também pertencem a duas diferentes subcategorias de substantivos: enquanto *London* é um nome próprio que não pode ser precedido por um determinante (*a London), *Londoner* é um substantivo contável (os londrinos).

A morfologia avaliativa de algumas línguas é um problema para esse critério. Em italiano, por exemplo, sufixos avaliativos criam lexemas da mesma categoria lexical de suas entradas: *tavolo* ‘N, table’ – *tavolino* ‘N, small table’; *giallo* ‘A, yellow’ – *giall-ino* ‘A, yellowish’ (Scalise, 1986). Ou seja, esse sufixo é transparente para a categoria lexical de suas entradas. No entanto, parece derivação, pois cria novas palavras com significados distintos dos das formas de *input*. Inversamente, há formas de flexão que não são categorialmente neutras, por completo. Isso se aplica, por exemplo, às formas finitas de verbos, como participios e infinitivos (Haspelmath, 1996). Infinitivos, por exemplo, são formas de lexemas verbais. No entanto, apresentam propriedades tanto verbais quanto nominais. Podem combinar-se com determinantes e adjetivos, o que é típico de substantivos. Ao mesmo tempo, exibem propriedades verbais, como a co-ocorrência com sintagmas nominais não-preposicionados, como na seguinte frase do holandês:

(1) Het je Moeder cadeautjes GeV-en
a sua mãe apresenta give.INF
moet afgelopen zijn
deve concluído ser
"Você deveria parar de dar presentes para sua mãe"

Participios podem funcionar como adjetivos pronominais, mantendo, ao mesmo tempo, suas propriedades verbais, como ilustrado pelo seguinte exemplo do Alemão (Haspelmath, 1996: 44):

(2) der im Wald laut singende Wanderer
a em-a floresta alto cantando caminhante
"O caminhante que está cantando alto na floresta"

Inflection and derivation

O particípio presente *singende* é declinado como um adjetivo pré-nominal com a terminação flexional, enquanto sua co-ocorrência com o locativo adverbial *im Wald* e com o advérbio *laut* indica que ainda apresenta valência verbal. Assim, a flexão pode ter efeitos sobre a categoria sintática. Em contraste com a situação da derivação, na flexão a categoria sintática de seus *inputs* é preservada.

Paradigmas

A flexão é tipicamente associada a paradigmas. Um paradigma é um modelo abstrato de células, com cada célula tendo valor especial para uma ou mais categorias flexionais, tais como número, caso, tempo ou aspecto. Para cada lexema de determinada categoria lexical, as células do paradigma são preenchidas com formas especiais de palavras. Essa organização paradigmática das formas flexionadas de um lexema reflete a ideia de que a flexão é obrigatória, no sentido discutido acima. É claro que também se pode organizar o conjunto de lexemas derivacionalmente relacionados em um paradigma. Por exemplo, para os verbos do Inglês, podemos assumir uma célula paradigmática para substantivo agente. Entretanto, há muitos verbos do Inglês para os quais esta célula pode ser difícil ou impossível de preencher, como é o caso de verbos como *die*, “morrer”, e *fall*, “cair”. Isso contrasta com a flexão, na qual células de paradigmas são (quase) sempre preenchidas. Uma exceção a essa generalização é que substantivos podem não ter plural, principalmente por razões semânticas. Em russo, alguns verbos têm paradigmas defectivos, com uma ou mais células vazias.

As noções de "supletivismo" e "perífrase", que são usadas na análise de sistemas flexionais, também refletem a ideia de obrigatoriedade e a ideia de organização paradigmática de formas flexionadas. Por exemplo, se dissermos que *went*, “foi”, é a forma supletiva de tempo passado de *to go*, “ir”, isso pressupõe que as células de pretérito do verbo *to go* devem ser preenchidas por alguma forma de palavra. O mesmo se aplica a *worse*, “pior”, que é considerada a forma comparativa supletiva de *bad*, “ruim”. Por outro lado, não há nenhuma razão particular para querer considerar *thief*, “ladrão”, como o substantivo supletivo de agente do verbo *to steal*, “roubar”, em vez do substantivo derivado *stealer*, “ladrão”.

Falamos de perífrase se uma ou mais células de um paradigma não podem ser preenchidas por uma determinada forma de palavra. Em vez disso, uma combinação de palavras deve ser usada. Por exemplo, em Latim não existem formas sintéticas para o perfeito passivo dos verbos. Considerando que a forma de terceira pessoa do singular do presente passivo do verbo *laudare*, “louvar”, é *laudatur*, “ele(a) é louvado(a)”, a contraparte perfeita não pode ser criada pela morfologia e é expressa por uma combinação de um particípio com uma forma da palavra *esse*, “ser”: *laudatus est*, “ele(a) tem sido louvado”.

Relacionada à noção de paradigma é a observação sobre a flexão que muitas línguas têm de diferentes classes flexionais para paradigmas de lexemas. Em Latim, por exemplo, há cinco diferentes classes de declinações para substantivos. Isso significa que há cinco diferentes formas de computar as diferentes formas de palavras das células de um substantivo latino. Muitas línguas têm diferentes conjugações para o cômputo das formas verbais de palavras. Isso mostra que a relação entre forma e informações morfossintáticas no domínio da flexão pode ser bastante complicada. Outro exemplo dessa complexa relação entre forma e significado no domínio da flexão é que mais de uma propriedade da flexão é muitas vezes expressa por um morfema. Em línguas indo-européias, caso e número são geralmente expressos pelo mesmo morfema. O morfema *-i* do Latim *hort-i*, “jardim, GEN.SG”, expressa tanto o número quanto o caso. É, portanto, um caso de expoência múltipla: duas propriedades morfossintáticas são expressas por um único morfema. A morfologia derivacional de línguas indo-européias, por outro lado, é geralmente aglutinante, com cada propriedade sendo expressa por um morfema separado. Assim, flexão e derivação podem diferir quanto às suas propriedades formais

Geert Booij – tradução de Katia Emmerick Andrade

morfológicas.

Essas propriedades formais que distinguem a flexão levaram a modelos formais da flexão em que o paradigma desempenha um papel central, como a Teoria Palavra-e-Paradigma de Matthews (1972) e as teorias realizacionais da morfologia flexional de Anderson (1992) e Stump (2001). Em teorias realizacionais, regras flexionais são vistas como operações que explicitam a forma fonológica de um lexema para cada combinação de características morfossintáticas que podem ser atribuídas a esse lexema. Ou seja, indicam como um conjunto particular de características morfossintáticas é realizado. É uma questão em aberto nas atuais teorias morfológicas até que ponto o modelo realizacional é apropriado também para a morfologia derivacional. De muitas maneiras, a derivação é estruturalmente semelhante à composição, o que sugere uma análise principalmente sintagmática das palavras derivadas, com afixos sendo concatenado com radicais. Por exemplo, há uma forte semelhança estrutural entre compostos e palavras derivadas em Inglês, como *help-ful* e *category-wise*, e o significado dessas palavras pode ser diretamente derivado de seus morfemas constituintes. Outra característica da flexão é que paradigmas flexionais podem fazer uso de mais de um radical para as diferentes formas de computação de um lexema. Ou seja, há uma variação formal sem diferença gramatical ou semântica concomitante. O verbo latino *ponere*, “colocar”, tem três formas diferentes de raiz, *pone*, *posu* e *posit*, como em *pone-o*, “eu coloquei”, *posu-i*, “eu tenho colocado”, e *posit-us*, “colocado”. Essa não é uma propriedade exclusiva da flexão: radicais alomórficos também ocorrem na derivação, como ilustrado pelo par de palavras do Inglês, *drama/dramatic*, em que o adjetivo foi derivado de uma segunda forma de radical, *dramat-* (Aronoff, 1994).

Diferenças semânticas

Existe alguma diferença entre as categorias semânticas expressas por flexão daquelas veiculadas por derivação? A flexão é usada interlinguisticamente para um número de categorias:

- . Substantivos: número, sexo, definitude, caso,
- . Verbos: valência, tempo, aspecto, modo, pessoa, número, gênero
- . Adjetivos: grau, número, sexo, caso, definitude.

A derivação, por outro lado, é usada para uma grande variedade de categorias semânticas. A este respeito, a derivação está mais perto da expressão lexical do significado que a flexão. Bybee (1985) propôs interpretar a diferença semântica entre flexão e derivação em termos da noção de "relevância semântica". “Um elemento de significado é relevante para um outro elemento de significado se o conteúdo semântico do primeiro afeta diretamente ou modifica o conteúdo semântico do segundo” (Bybee, 1985: 13). Bybee argumentou que existem dois fatores que determinam se certa noção é expressa flexional ou derivacionalmente: relevância e generalidade. Quanto menos relevante para o significado de uma raiz for uma categoria, mais geral ela será e melhor se presta à expressão flexional. O inverso aplica-se à derivação. Por exemplo, elemento de significado "causativo" é normalmente expresso por meio derivacional (se não por meio lexical), pois o significado é muito relevante para o significado da raiz. Por outro lado, uma categoria flexional, como tempo, não é de relevância tão direta para radicais verbais, mas localiza no estado assuntos expressos por uma cláusula no que diz respeito ao tempo da enunciação. Por isso, tempo não modifica o sentido do radical verbal, tendo, em vez disso, uma função dêitica. Correlacionando-se com essa distinção semântica, vemos que a expressão morfológica do tempo em paradigmas é bastante geral, enquanto a expressão morfológica de causação pode ser possível para um número restrito de raízes verbais apenas. A flexão de concordância de pessoa e de número e a marcação de gênero em verbos e adjetivos não têm relevância óbvia para o significado da raiz e, assim, esse tipo de morfologia contextualmente determinado é o caso prototípico de flexão.

Inflection and derivation

De acordo com Bybee (1985), essa diferença semântica gradual entre a derivação e diferentes tipos de flexão correlaciona-se com a ordem na qual elementos derivacionais e flexionais ocorrem em uma palavra: elementos derivacionais estão mais próximas à raiz que os flexionais porque têm maior relevância semântica. Além disso, a ordem dos elementos flexionais em uma forma de palavra reflete diferentes graus de relevância. Por exemplo, uma vez que a categoria aspecto é mais relevante para o significado da raiz que tempo, afixos de tempo tendem a ser mais periféricos que morfemas aspectuais. Marcações de pessoa e número em verbos (necessárias somente por questões de concordância) são periféricas em relação às marcações de tempo.

Propriedades da flexão e da derivação

Processos flexionais são considerados totalmente produtivos, ao passo que os processos de meio derivacional exibem diferentes graus de produtividade. Esse parece ser um corolário natural do fato de que a flexão é obrigatória. No entanto, isto não é completamente verdadeiro, uma vez que processos flexionais podem estar competindo com elementos de mesma função, alguns dos quais improdutivos. Substantivos plurais em Inglês são criados pelo processo produtivo de sufixação com um dos alomorfes do sufixo /z/, mas existem conjuntos fechados de substantivos também com formas plurais diferentes, tais como os substantivos gregos na origem, como *prolegomenon* / *prolegomena*. O pretérito perfeito dos verbos em Inglês normalmente é formado por adição de -ed ao radical verbal, mas há também um conjunto de verbos em que o tempo passado é criado por meio da mudança na vogal, como em *ride/rode*. Por isso, regras da flexão podem ser improdutivas.

Formas flexionadas de lexemas são semanticamente regulares, enquanto palavras derivadas exibem todos os tipos de idiosincrasia semântica. A palavra derivada *baker*, “padeiro”, por exemplo, não denota apenas “aquele que faz pão”, mas é usada para denotar uma certa profissão. O substantivo deverbal *dwelling*, como em *my humble dwelling*, “minha humilde casa”, não denota o ato de habitar, mas um local. Idiosincrasias semânticas nas formas flexionadas são muito mais raras, mas existem. Por exemplo, a forma de plural *brethren*, “irmãos”, é irregular, tanto formal como semanticamente, uma vez que não significa simplesmente “irmãos”, mas é utilizada para designar os membros de uma comunidade religiosa. Em holandês, a forma plural do substantivo *letter*, “carta”, *letteren*, é usada para denotar o domínio científico das artes e humanidades.

A diferença psicolinguística às vezes alegada para a distinção entre flexão (regular) e derivação é de computação e armazenamento. A ideia é a seguinte. Formas flexionadas regulares são processadas *on-line*: são criadas pelos falantes e analisadas (decompostas) pelo ouvinte. Daí, podem ser consideradas computadorizadas. Palavras derivadas, por outro lado, são armazenadas como tais no léxico mental e recuperadas do léxico como um todo, na produção e percepção. Essa assunção diz respeito às diferenças na regularidade semântica entre flexão e derivação observadas acima; a estocagem é frequentemente essencial para a correta atribuição de significado para palavras derivadas ou para a escolha da palavra derivada correta, enquanto as flexões regulares podem ser computadas. Formas flexionais irregulares, por outro lado, devem ser armazenadas no léxico, por razões óbvias. Por exemplo, a forma de *past tense* de *walk* é regular e previsível, de *walked*, enquanto a forma de pretérito do verbo *to fall*, “cair”, *fell*, não é previsível. Essa ideia é referida como a “teoria do mecanismo dual do processamento morfológico” (Pinker, 1999; Clahsen, 1999).

A “teoria do mecanismo dual do processamento morfológico” baseia-se no papel da frequência em tarefas de decisão lexical. Em tais tarefas, sujeitos devem decidir se uma palavra particular (forma) está correta. A frequência de ocorrência de uma palavra (forma) pode desempenhar um papel no exercício dessas funções. As latências de resposta em tarefas de decisão lexical relacionam-se com frequência: a palavra mais frequente será reconhecida mais rapidamente e terá respostas mais rápidas

Geert Booij – tradução de Katia Emmerick Andrade

que uma palavra de baixa frequência. Esse efeito de frequência é interpretado em termos de nível de ativação. Uma palavra com uma alta frequência tem um nível de ativação inicial maior no léxico mental que uma palavra com baixa frequência. Efeitos frequência pressupõem o armazenamento da palavra (forma) envolvida. Assim, se não houver efeitos de frequência para um palavra (forma) particular, pode-se concluir que ela não está estocada na memória léxica. Pinker (1999) e Clahsen (1999) argumentam, para o Alemão e o Italiano, respectivamente, que formas flexionadas regulares não apresentam efeitos de frequência, ao contrário das irregulares. Isto é explicado pela suposição de que apenas formas flexionais irregulares são armazenadas. De acordo com Clahsen et al. (2003), palavras derivadas sempre exibem efeitos de frequência, mesmo as regulares. Assim, palavras derivadas sempre devem ser consideradas armazenadas. Assim, a “teoria do mecanismo dual do processamento morfológico” deve ser restrita ao domínio da flexão. No entanto, tem-se mostrado em pesquisas psicolinguísticas mais recentes que as formas regulares da flexão também são armazenadas no léxico quando têm alta frequência de ocorrência (Stemberger e MacWhinney, 1988, Baayen et al., 1997), uma vez que também mostram efeitos de frequência. Em outras palavras, o fato de a forma flexional correta poder ser computada sem informação lexical não indica necessariamente que o usuário da língua não pode também fazer uso de sua vasta memória lexical, no caso da flexão, e armazenar e recuperar tais formas complexas.

A distinção psicolinguística alegada para flexão e derivação é o efeito do tamanho da família (Baayen et al., 1997). No caso de derivação, o que conta na previsão de diferenças na latência de respostas entre palavras derivadas não é tanto a frequência de *token* das formas de palavra para essa palavra, mas sim o número de palavras relacionadas morfológicamente (em termos de processos de derivação e composição), isto é, o tamanho de sua família morfológica. Quanto maior o número de familiares que uma palavra tem, maior seu nível inicial de ativação no léxico mental.

Diferenças entre flexão e derivação também têm sido encontrados em estudos de usuários da língua que sofrem de certas formas de afasia. Por exemplo, Badecker e Caramazza (1989) investigaram a linguagem de um afásico italiano e descobriram que ele fez muitos erros flexionais, mas quase nenhum erro derivacional. Por outro lado, há também falantes com agramatismo (afásicos com sintaxe pobre e quase sem palavras funcionais), cuja morfologia flexional não é afetada, sendo preservada tanto quanto como sua morfologia derivacional (De Bleser e Bayer, 1988). Um levantamento de possíveis diferenças psicolinguísticas entre flexão e derivação pode ser encontrado em Bertinetto (1995).

A ORDEM DOS MORFEMAS E A TEORIA DA MORFOLOGIA CINDIDA

As diferenças funcionais entre flexão e derivação e seus correlatos formais levaram alguns linguistas a propor a Teoria da Morfologia Cindida (Perlmutter, 1988; Anderson, 1992). Nessa teoria, assume-se que a derivação é tratada num componente pré-sintático da gramática. Esse componente gera lexemas derivados em suas formas de raiz, que são, então, inseridos na estrutura sintática, criada pelo componente sintático. A flexão, por outro lado, é abordada em um componente pós-sintático, porque a escolha da forma correta de flexão de um lexema depende do contexto sintático em que ocorre. A consequência dessa organização da gramática é que os elementos flexionais serão periféricos em relação aos elementos derivacionais, uma previsão que está de acordo com o Universal 28 de Greenberg, mencionado mais acima.

Uma variante anterior de Morfologia Cindida é a teoria dos níveis ordenados, proposta para Inglês por Kiparsky (1985). Nessa abordagem, toda a morfologia é pré-sintática. No entanto, o conjunto de regras morfológicas é ordenado em dois ou mais níveis. Regras flexionais estão localizadas no último nível do componente lexical da gramática e a formação de palavras em um nível precedente. Assim, a flexão está prevista como periférica em relação à derivação. No entanto, formas flexionadas irregulares, como a forma plural *live*, “piolhos”, do substantivo *louse*, “piolho”, pode ser

Inflection and derivation

formada em um nível anterior, porque, em Inglês, plurais irregulares podem ocorrer dentro de compostos, como em *lice-infested*, “infestação de piolhos”. Embora possa ser verdade para o Inglês que apenas plurais irregulares alimentam a formação de palavras, essa restrição não se aplica a outras línguas, como o Holandês. Por exemplo, em Holandês, compostos como *scholen-Gemeenschap*, “escola-da comunidade, escola abrangente”, com o substantivo plural regular *scholen*, “escolas”, na primeira posição. Esse composto contrasta com o composto holandês *schoolgemeenschap*, “comunidade escolar”, com o singular ou a forma de raiz de *school*, “escola”, na primeira posição.

Portanto, a hipótese dos níveis ordenados e, de modo mais geral, a hipótese de Morfologia Cindida, são empiricamente inadequadas como teorias gerais de como flexão e derivação interagem, uma vez que categoricamente exclui formas flexionadas como *inputs* para a derivação, o que é empiricamente incorreto (Booij, 1994, 1996). Por exemplo, em muitas línguas, participípios, que têm propriedades tanto verbais quanto adjetivais, podem ser usados como bases para formação de palavras deadjetivais, como *excitedness*, “falta de animação”, em Inglês, no qual o participípio passado alimenta a derivação de substantivos por meio do sufixo *-ness*. Em Alemão, formas comparativas de adjetivos podem ser usadas como radicais, como no verbo *ver-erg-er*, “piorar”, derivado da forma comparativa *erg-er*, do adjetivo *erg*, “mau”. Uma vez que formas comparativas são geralmente classificadas como flexionais, isso também constitui um problema para a Hipótese da Morfologia Cindida. Também foi observado que formas de plural de substantivos podem funcionar como bases em derivação. Esse é, por exemplo, o caso em Holandês, em que o sufixo coletivo *-dom* é adicionado ao plural de substantivos, como em *held-en-dom*, “heroísmo”, com a estrutura morfológica RAIZ-PLURAL-COLETIVO. A forma de raiz é o substantivo *held*, “herói”, que é seguido pelo sufixo de plural regular *-en*. Observações semelhantes em Espanhol e Português podem ser encontrados em Rainer (1996).

A composição, um outro importante tipo de formação de palavras, também parece usar substantivos plurais como bases de construções, como, em Italiano, *lava-Piatti*, “lava-louça”, uma combinação do radical verbal *lava* e o substantivo plural *piatti*, “pratos”. Observe que esse composto tem um significado singular, embora um dos seus constituintes esteja no plural.

Alguns linguistas negam uma distinção absoluta entre flexão e derivação e consideram que formam um *continuum* (Bybee, 1985; Dressler, 1989). Nesse ponto de vista, as interações entre derivação e flexão, como as acima discutidas, não causam nenhuma surpresa, já que o tipo de flexão que está perto de derivação pode alimentar a derivação.

Embora a hipótese da Morfologia Cindida encontre certos problemas, devemos de alguma forma levar em conta o fato de que a derivação geralmente toma radicais como seus *inputs*, ou seja, a palavra menos seus elementos flexionais. Como apontado acima, essa é a principal razão formal para manter a distinção entre flexão e derivação. Para resolver essa situação paradoxal, poderíamos distinguir entre dois tipos de flexão: inerente e contextual. Um exemplo de flexão inerente é a formação de substantivos plurais. Na maioria dos contextos, o uso da forma plural de um substantivo não é exigido pelo contexto sintático, mas por escolhas puramente semânticas baseadas na mensagem que o usuário quer transmitir. A escolha de determinadas formas finitas dos verbos e de formas de caso de substantivos, por outro lado, é governada principalmente pelo contexto sintático e, por isso mesmo, qualificada como flexão contextual. Participípios e infinitivos também se qualificam como casos de flexão inerente. A observação crucial é que apenas flexões inerentes podem alimentar processos de formação de palavras, como derivação e composição (Booij, 1994, 1996). Isso sugere que a flexão inerente está no meio do caminho entre a derivação e flexão contextual. Essa ideia está alinhada com a observação de que a flexão inerente pode ter efeitos de alteração de classe, como a derivação, como observado acima. Em alguns experimentos psicolinguísticos, essa distinção entre flexão inerente e contextual é refletida por diferenças nos efeitos de frequência. Por exemplo, plurais verbais em Holandês são diferentes de substantivos plurais nos efeitos de frequência lexical em tarefas de decisão. Em determinadas tarefas, os verbos não mostram um efeito de frequência, ao contrário dos substantivos (Baayen et al., 1997, 2003).

Geert Booij – tradução de Katia Emmerick Andrade

No entanto, a flexão inerente não pode mesmo alimentar a derivação, ou, mais geralmente, a formação de palavras, em todas as ocasiões. Por exemplo, o sufixo denominativo Holandês *-er*, que forma substantivos, não pode ser anexado a substantivos plurais. O substantivo *wetenschapp-er*, “cientista”, derivado do substantivo *wetenschap*, “ciência”, é bem formado, mas não podemos adicionar esse sufixo ao substantivo plural *wetenschapp-en*, embora este seja um substantivo plural existente e bem formado em Holandês: **wetenschappen-er*. A condição crucial no caso do holandês parece ser que elementos flexionais devem aparecer na margem direita de uma palavra prosódica (Booij, 2002). Desse modo, o sufixo plural pode aparecer no interior da palavra antes de sufixos como *-achtig*, “como”, porque o radical de tais sufixos forma uma palavra prosódica própria, como em *Boeken-achtig*, “Livros-como, livresco”, que consiste das palavras prosódicas *buken* e *Axtex*. Portanto, o substantivo plural *Boeken*, “livros”, pode aparecer antes do sufixo *-achtig*.

Em várias línguas, os verbos podem ser precedidos pelos chamados preverbiais, que parecem prefixos derivacionais. Exemplos clássicos desse tipo de combinação de palavras são os verbos de partícula de línguas germânicas. Por exemplo, o verbo *anrufen*, do Alemão, “telefonar”, parece uma palavra, uma vez que tem um significado específico idiossincrático. No entanto, a partícula *an-* pode ser separada do verbo em orações principais, como em *Johann seine Mutter ruft um*, “John chama sua mãe”. O particípio passado de *anrufen* é *um-ge-ruf-en*, com o prefixo flexional *ge-* antes da raiz e depois da partícula. Poderíamos, portanto, pensar que esse é um caso em que um prefixo derivacional precede um elemento flexional, constituindo assim uma exceção ao Universal 28 de Greenberg. No entanto, *anrufen* não é uma palavra, mas uma combinação de palavras lexicalizadas, considerando-se o fato de que pode ser dividido em orações principais. Consequentemente, a posição do prefixo flexional *ge-* ocorre como esperado. Assim, se os elementos flexionais aparecem entre radicais verbais e preverbiais, isso não é um contra-exemplo para a generalização de que a flexão tende a ser periférica em relação à derivação. Estudos detalhados de tais combinações preverbal-verbo e sua interação com a flexão podem ser encontrados em Booij e van Marle (2003).

Em suma, é apenas em circunstâncias muito específicas que morfemas flexionais podem aparecer dentro de morfemas derivacionais. Assim, o universal 28 de Greenberg permanece como uma importante generalização sobre a relação entre flexão e derivação.